

PORTO & MAR

FALE COM A GENTE!

Editor Leopoldo Figueiredo
E-mail portomar@tribuna.com.br
Telefone 2102-7269

Audiência debaterá aumento de imposto

A Câmara de Santos fará uma audiência pública para debater a proposta da Prefeitura de aumentar, de 3% para 5%, a alíquota do ISS para o setor portuário. A sessão será na quinta-feira, às 14h30, na sede do Legislativo.

Alta do ISS não afetará todo o setor

Despachos aduaneiros, transporte de cargas e serviços de manutenção continuarão pagando 3% do imposto, diz prefeito de Santos

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

O reajuste de 3% para 5% na alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) a ser cobrado sobre a atividade portuária não irá afetar os despachos aduaneiros, o transporte de mercadorias e as atividades de manutenção no Porto de Santos. A ga-

rantia é do prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PS-DB). Segundo ele, o aumento é uma questão de "justiça social e compromisso com a defesa dos interesses da Cidade".

As prefeituras de Santos e Guarujá encaminharam, a seus legislativos, projetos de lei para reajustar o ISS apenas pa-

ra atividades portuárias. A matéria precisa ser aprovada até 31 de dezembro e, segundo as prefeituras, pode garantir uma receita de R\$ 64 milhões e R\$ 40 milhões aos municípios, respectivamente. No total, 320 empresas serão afetadas.

Após o anúncio do plano das prefeituras, associações de operadores portuários se posicionaram contra o reajuste do tributo. Os empresários alegam que aumento vai causar prejuízos e pode forçar demissões no setor.

Para Barbosa, o plano das prefeituras prevê, apenas, uma equiparação das cobranças. Isso porque em outros municípios portuários como Itajaí (SC), Suape (PE), Imbituba (SC), São Francisco do Sul (SC), Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE) e Salvador (BA), a alíquota do ISS é de 5% para essas operações.

"Com todo respeito às demais cidades portuárias do Brasil, eu não vejo que Santos deva nada a nenhuma delas. O Município oferece condições iguais ou melhores. Se não fosse assim, nós não estaríamos batendo recordes de movimentação anualmente".

O prefeito ainda aponta a necessidade de pagamento do empréstimo de R\$ 290 milhões, feito para custear as obras na entrada da Cidade – o projeto facilitará o acesso aos terminais do Porto de Santos e às áreas retroportuárias e residenciais da Zona Noroeste.

O Estado investirá R\$ 265 milhões em sua etapa dos trabalhos. Já a União, até agora, não se manifestou sobre os investimentos, já que seus projetos ainda não foram concluídos.

"O Governo Federal não saiu do lugar, não fez projeto, licenciamento e não definiu fonte de recursos. Ainda está no campo

CUSTO BRASIL

CARLOS MOGUEIRA



"O Governo Federal não saiu do lugar, não fez projeto, licenciamento e não definiu fonte de recursos. Ainda está no campo das possibilidades. Com todo respeito, a porta que se deve bater não é a da Prefeitura quando se reclama do Custo Brasil. Pela carga tributária, 60% dos impostos vão para a União, 25% para o Estado e apenas 15% para o Município".

Paulo Alexandre Barbosa,
prefeito de Santos

Sindamar e Associação Comercial criticam medida

Apesar de ter garantido o apoio de líderes sindicais, as prefeituras de Santos e Guarujá ainda enfrentam críticas com relação ao projeto de lei que prevê o reajuste de 3% para 5% da alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) em atividades do Porto de Santos. Para o Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), com essa medida haverá adequação dos fretes marítimos, o que causará prejuízos a exportadores e importadores.

Segundo o diretor-executivo da entidade, José Roque, a proposta vem "em um momento em que o País tenta se recuperar de um crise política e econômica, o que indubitavelmente acarretará prejuízos incalculáveis no nosso segmento, com a iminente possibilidade de desvios de navios e cargas para outros portos que apresentem melhores condições de custo e operacionalidade".

Para o executivo, o aumento do ISS no Porto de Santos facilitará a conquista de mercado pelos complexos marítimos concorrentes. Além disso, a decisão atinge diretamente a relação Porto-Cidade, principalmente em um momento em que o setor é penalizado e os quadros de

servidores públicos se mantêm inchados.

O coordenador da Câmara Setorial de Operadores Portuários da Associação Comercial de Santos (ACS), Willy Reginaldo Maxwell, destacou o momento "extremamente inoportuno" de se falar em aumento de impostos, considerando a dificuldade de mercado e baixa demanda que a economia brasileira enfrenta.

"Existe uma disputa árdua por cargas e portos como os de Santa Catarina (Itapoá, Navegantes, Imbituba), Paranaguá (PR) e mesmo São Sebastião (SP), atacando nossos clientes e mercadorias movimentadas pelo Porto de Santos. Mesmo que esses portos já pratiquem um ISS acima de Santos, como alega a Prefeitura de Santos, já estaríamos com essa medida eliminando ainda mais nossa competitividade e, com certeza, mais postos de trabalho seriam afetados diretamente".

Na semana passada, representantes do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), da Associação das Empresas do Distrito Industrial e Portuário da Alemoa (AMA) e da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) também criticaram a medida.

das possibilidades. Com todo respeito, a porta que se deve bater não é a da Prefeitura quando se reclama do Custo Brasil. Pela carga tributária, 60% dos impostos vão para a União, 25% para o Estado e apenas 15% para o Município", destacou.

IPTU

"Por que empresas portuárias que usam o chão, utilizam as vias públicas e a infraestrutura não vai pagar IPTU? Tem que pagar e não é equilibrado alongar essa disputa", destacou o prefeito sobre a disputa que envolve a cobrança de outro tributo. Para ele, a questão está resolvida com a decisão do Supremo Tribunal Federal, que aponta a necessidade de pagamento pelas operadoras.

Paulo Alexandre também é contra a alegação de que a alta do ISS e a cobrança de IPTU dos terminais poderá causar demissões na Cidade. "A questão dos postos de trabalho no Porto já vem ocorrendo e isso não é um fato novo. Esse tipo de ameaça não é saudável em uma relação de respeito com a cidade e com o trabalhador".